

**Remetente (pessoa jurídica):****CNPJ**

05.526.783/0001-65

**Nome da instituição**

Ministério de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

**Setor**

GABINETE DO MINISTRO

**Responsável pelo envio (Pessoa física):****Nome**

Gabriel costa barros

**Telefone**

(61)2030-1442

**E-mail**[gabriel.barros@mds.gov.br](mailto:gabriel.barros@mds.gov.br)**Destinatário:****Nome**

Gabinete da Presidência

**Setor**

Presidência

**Descrição do documento**

Termo de Adesão - Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.

**Documento Sigiloso?**

- Sim

**Anexos**

OFÍCIO Nº 640.pdf

Termo-de-Adesao.pdf

Plano-de-Trabalho.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**  
**GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 640/2024/GM/MDS

Ao  
Gabinete do Presidente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F  
Brasília, Distrito Federal  
E-mail: [presidencia@cnj.jus.br](mailto:presidencia@cnj.jus.br)

Assunto: **Termo de Adesão - Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.**  
Referência: *Ofício n. 209/GP/2023 de 4 de maio de 2023, SEI nº 02433/2023.*

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Com nossos cordiais cumprimentos, incumbiu-me o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, José Wellington Barroso de Araújo Dias, de fazer referência à proposta de adesão desta Pasta Ministerial ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazonas Legal.
2. A esse respeito, e tendo em vista a solicitação de formalização por este Conselho Nacional de Justiça, encaminho o Termo de Adesão e o Plano de Trabalho devidamente preenchidos e assinados pelo Sr. Ministro de Estado deste Ministério.
3. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos que sobrevierem.

Atenciosamente,

**JOSÉ RICARDO DUARTE FELIX**  
Chefe de Gabinete do Ministro

Anexos:

- I - Termo de Adesão ([15037642](#)); e  
II - Plano de Trabalho ([15071739](#)).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Duarte Felix, Chefe de Gabinete**, em 19/02/2024, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **15048808** e o código CRC **F3E8E164**.

Criado por [leidiana.sousa](#), versão 5 por [mara.bezerra](#) em 19/02/2024 15:49:32.



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**TERMO DE ADESÃO ANEXO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 3/2023**

**TERMO DE  
ADESÃO  
AO TERMO  
DE  
COOPERAÇÃO  
TÉCNICA  
Nº 3/2023,  
REFERENTE  
AOS  
SERVIÇOS  
DA JUSTIÇA  
ITINERANTE  
COOPERATIVA  
NA  
AMAZÔNIA  
LEGAL.**

O **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**, com sede em Brasília/DF, registrada sob o número CNPJ 05.756.246/0001-01, devidamente estabelecido no Bloco A, da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70050-902, neste ato representado por seu dirigente máximo, o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, **JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Conselho da Justiça Federal - CJF, Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

O Senhor Ministro de Estado, **JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos artigos 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; artigo 95, parágrafo único, da Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995; artigo 22, parágrafo único, da Lei nº 10.259 de 12 de julho de 2001; Resolução CNJ nº 460 de 6 de maio de 2022; bem como aos artigos de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350 de 27 de outubro de 2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I - Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II - Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III - Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV - Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V- Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

**1. ATUAÇÃO COORDENADA:** O **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME** desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

**2. GESTOR(A) LOCAL:** indica para gestora local do presente instrumento a Sra. **CLARA CAROLINA DE SÁ**, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social, deste Ministério, endereço eletrônico: clara.sa@mds.gov.br, telefone (61) 2030-3488, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

**3. VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

#### 4. RESPONSABILIDADES

##### 4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

- I - Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- II - Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;
- III - Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- IV - Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;
- V - Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as); e
- VI - Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

##### 4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP:

- I - Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;
- II - Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- III - Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- IV - Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;
- V - Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- VI - Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

##### 4.3 São responsabilidades gerais do MDS:

- I - Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;
- II - Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;
- III - Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;
- IV - Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;
- V - Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- VI - Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

**5. PUBLICAÇÃO:** O presente instrumento será divulgado, pelo **CNJ**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos artigos 91 e 94 da Lei n. 14.133 de 1º de abril de 2021.

**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social,  
Família e Combate à Fome



Documento assinado eletronicamente por **José Wellington Barroso de Araújo Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**, em 08/02/2024, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **15037642** e o código CRC **8D94106E**.

---

Referência: Processo nº 71000.033306/2023-95

SEI nº 15037642

---

Criado por [thiago.carvalho](#), versão 10 por [thiago.carvalho](#) em 08/02/2024 13:47:13.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - Brasília/DF - CEP 70070-600 www.cnj.jus.br

## PLANO

### PLANO DE TRABALHO

#### TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. XX/2024

#### (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME)

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DOS PARTÍCIPES

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	CNPJ 07.421.906/0001-29	N.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME	CNPJ 05.526.783/0001 -65	N.

##### 2. JUSTIFICATIVA

Considerando a baixa capilaridade do Poder Judiciário e das demais instituições que integram o sistema de Justiça na região da Amazônia Legal, acrescida da dificuldade de acesso físico a algumas localidades, urge a necessidade de implementação de ações voltadas à formação de consciência cidadã na população amazônica e à garantia dos direitos fundamentais, especialmente o direito de acesso à justiça.

Diversas pesquisas e notícias mostram o cenário atual de aumento de criminalidade na região, além dos efeitos que a ausência de uma presença efetiva do Estado gera em outros setores para a sociedade amazônica.

Tribunais Estaduais, Federais e do Trabalho já realizam ações itinerantes, executadas, no entanto, de forma isolada, restritas à competência material de cada um dos ramos do Poder Judiciário, o que dificulta a desejada proteção jurídica integral a cidadãos e cidadãs da Amazônia Legal.

As cidades localizadas na referida Região apresentam os piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, o que indica que ações integradas de itinerância são necessárias e inadiáveis como forma de assegurar o acesso à justiça, a direitos e à dignidade da pessoa humana.

A necessidade de celebração do ACT se justifica pela importância de realizar ações de acesso à justiça, demandando atendimento a diversas necessidades de acessos a direitos sociais do povo amazônica que residem em locais de difícil atendimento e acesso aos programas governamentais. Ainda, o presente instrumento visa atender a necessidade de inclusão de ações em sintonia com os direitos garantidos pela Carta Magna, assim, levando os serviços socioassistenciais aos locais mais remotos da Amazônia Legal, incluindo pactuação referente ao compartilhamento de dados entre o MDS e o CNJ para estruturação de boletins informativos, painéis interativos e cadastro da população nos programas sociais.

Neste sentido, os objetivos da Assistência Social possuem pertinência com alguns dos objetivos previstos no "Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal", assim, o MDS poderá colaborar na mobilização das pessoas que necessitam das ações do Programa, além de outros apoios que se fizerem necessários em âmbito estadual e municipal.

Por fim, o acordo visa garantir acesso a direitos, combater o cenário de mazela social vivida pela população dessas localidades diante da ausência do poder público e atuar com ações amplas na melhoria dos serviços prestados pelo estado para que os cidadãos e os agentes públicos conheçam seus direitos e que haja preservação dos direitos fundamentais dos amazônidas.

### 3. OBJETO

O Termo de Cooperação Técnica n. XX/2024 tem por objeto o desenvolvimento de ações conjuntas de garantia e promoção do pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal, por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI), os quais serão implementados mediante o PROGRAMA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, § 2º, 115, § 1º, e 125, § 7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; e à Resolução CNJ n. 460/2022. O Programa confere concretude, ainda, aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário.

#### 3.1 OBJETO ESPECÍFICO PARA A PRIMEIRA EDIÇÃO

Este Termo de Cooperação desdobrar-se-á em projetos e, a depender dos eixos de atuação definidos para cada edição, as instituições parceiras poderão participar ou não.

O município definido pelos Conselhos Superiores (CNJ, CJF, CSJT e CNMP) para o primeiro evento da itinerância cooperada é São Felix do Xingu (PA), localidade onde a Justiça Federal não possui Subseção Judiciária instalada.

Há áreas de proteção ambiental estabelecidas, que são cercadas por terras indígenas, assumindo o município posição de destaque no cenário nacional quanto ao índice de desmatamento.

O município, também, apresenta baixo IDH (0,594) diretamente relacionado à condição socioeconômica da população.

Considerando as características da região e os objetivos da pactuação, a atuação da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL terá por foco quatro eixos temáticos: ambiental; acesso à justiça e cidadania; trabalho seguro e produção de dados.

### 4. OBJETIVOS E METAS PARA OS PARTÍCIPES

Objetivo 1: viabilizar, por meio da conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da justiça itinerante na Amazônia Legal, sob coordenação dos Conselhos signatários, de forma sistemática, conjunta e ampliativa.

Meta 1: entregar, anualmente, até o mês de fevereiro, o calendário de ações da justiça itinerante na Amazônia Legal, com dois eventos anuais, salvo no corrente ano, período em que o limite fica fixado em um evento.

Responsáveis: CNJ

Prazo: até fevereiro de cada ano (para 2024, foi definida itinerância na semana de 17 a 21/7/24) em São Felix do Xingu (PA).



Objetivo 2: promover formação inicial e continuada de magistrados(as), membros(as) do Ministério Público e servidores(as) a respeito das especificidades da Região, que é marcada por relevantes questões ambientais e indígenas, e dos demais povos e comunidades tradicionais, a fim de empreender capacitação dos agentes públicos que os leve a melhor compreender o contexto socioambiental da Amazônia Legal e, por conseguinte, a prestar melhor atendimento à população.

Meta 2: realizar, a cada 24 meses, no mínimo, uma capacitação sobre os assuntos relacionados aos eixos temáticos do Programa/projeto.

Responsáveis: CNJ

Prazo: vigência do termo.

Objetivo 3: realizar e/ou apoiar campanhas que deem ampla divulgação ao calendário da justiça itinerante na Amazônia Legal, conjugando-a com a veiculação de noções de cidadania, as quais devem ser apresentadas em versão acessível aos seus destinatários.

Meta 3: iniciar as campanhas de divulgação, no mínimo, nos quinze dias antecedentes à realização de cada evento de itinerância definido no calendário previsto na Meta 1.

Responsáveis: CNJ, MDS e demais partícipes

Prazo: no mínimo quinze dias que antecedem cada evento de itinerância definido no calendário previsto na Meta 1.

Objetivo 4: promover articulação interinstitucional e social, unindo esforços dos órgãos do sistema de justiça, do Poder Executivo Federal, estadual e municipal, além de outros entes públicos e privados necessários à disponibilização ampla de serviços no curso da itinerância.

Meta 4: promover as articulações necessárias à execução do termo.

Responsáveis: CNJ, MDS e demais partícipes

Prazo: vigência do termo.

## 5. ETAPAS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

#	Etapas	Responsável	Prazo de início	Prazo final
1	Promover articulação interinstitucional	CNJ	Abril/24	Maio/24
1.1	Realizar reunião geral de alinhamento	CNJ	Maio/24	Junho/24
1.2	Realizar reuniões setoriais, de acordo com o eixo temático, para elaboração de planos de ação	CNJ	Maio/24	Junho/24
2	Criar identidade visual do Programa e demais peças básicas de comunicação	CNJ	Abril/24	Maio/24
2.1	Executar plano de comunicação em parceria com todas as instituições envolvidas	Partícipes e Parceiros	Junho/24	Julho/24
2.2	Executar campanha de divulgação específica para o evento em São Félix do Xingu (PA)	Partícipes e Parceiros	1º/7/24	21/7/24
3	Realizar o primeiro evento de itinerância em São Félix do Xingu (PA)	Partícipes e Parceiros	17/7/24	21/7/24
3.1	Elaboração de relatório com os dados e resultados da itinerância	CNJ	Julho/24	Setembro/24
4	Planejar calendário anual de itinerâncias para 2025	Partícipes	Setembro/24	Dezembro/24

## 6. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Termo de Cooperação Técnica não importa repasse orçamentário ou financeiro, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

JOSE WELLINGTON  
BARROSO DE ARAUJO  
DIAS

Assinado de forma digital por JOSE  
WELLINGTON BARROSO DE  
ARAÚJO DIAS  
Dados: 2024.02.19 15:44:58 -03'00'

Ministro **José Wellington Barroso de Araújo Dias**

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome